III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**MPH0402**

# COOPERATIVISMO: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

LEONARDO SANTOS DA SILVA
**leoeray@yahoo.com.br**
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

**ORIENTADOR(A)**
EDSON TRAJANO VIEIRA
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

# COOPERATIVISMO: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Resumo**

Este trabalho elaborou analise do cooperativismo como disciplina na Educação de Jovens e Adultos (curso técnico em cozinha) IFPI (Instituto Federal do Piauí) Teresina zona sul: Possibilidades de desenvolvimento social, o objetivo deste artigo foi identificar e analisar as concepções frente ao tema cooperativismo na educação de jovens e adultos. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica aprofundando as categorias de cooperativismo e educação de jovens e adultos e a realização de pesquisa em documentos e registros da escola como o Projeto político pedagógico – PPP e o Programa de desenvolvimento institucional – PDI (2010-2014). Assim, a bibliografia levantada e os documentos analisados entram em relação direta com uma ação educativa especifica que possibilite a superação da crise no emprego a partir da organização cooperativista do trabalho, alcançando o desenvolvimento social do sujeito, tendo em sua base institucionais inúmeras orientações sobre a educação de jovens e adultos para que contemplem essa possibilidade na formação de autonomia, ação e organização coletiva, cooperação como possibilidades de desenvolvimento social, estes não observa em medidas mais especificas em sala de aula como utilização da disciplina cooperativismo que possibilite o enfrentamento da crise no emprego estrutural.

**Palavras-chave**: Cooperativismo; Educação de jovens e adultos; Desenvolvimento social

## COOPERATIVE: POSSIBILITIES OF SOCIAL DEVELOPMENT IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

**Abstract**

This paper elaborated analysis of the cooperative as a discipline in Education for Youth and Adults (technical course in cooking) IFPI (Institute Federal do Piauí) Teresina south zone: a possibility of social development, the objectives of these was to identify and analyze the concepts against the cooperative theme in youth and adult education.

Exatamente o texto do resumo, vertido para o inglês. We used the literature deepening the categories of cooperatives and education for youth and adults, conducting research documents and school records as the political pedagogical project - PPP and the PDI (2010-2014) – institutional program development. Thus, the bibliography and documents analyzed come into direct relationship with an educational action specifies that allows overcoming the crisis in employment from the cooperative organization of work, achieving social development of the subject, having in its base Institutional numerous guidelines on the education of youth and adults to contemplate this possibility in the formation of autonomy, organization and collective action, cooperation and possibilities for social development, not observed in these more specific measures in the classroom as use of cooperative discipline that allows coping with the crisis in structural employment.

**Key words:** *Cooperatives; Education of youth and adults; social development*

## 1 INTRODUÇÃO

A temática desde trabalho sobre o cooperativismo como possibilidade de desenvolvimento social, foi motivada como possibilidade de contemplação de emprego e renda e alternativa de organização do trabalho a partir da cooperação, dentro de uma ação educativa especifica na educação de jovens e adultos frente ao sistema capitalista vigente.

A possibilidade de desenvolvimento social a partir do enfrentamento da crise no emprego em uma ordem inversa e alternativa ao sistema foi base motivadora para pensar como ato educativo essencial na educação de jovens e adultos que tem em seu histórico processos de exclusão social.

Para tanto, aprofundou-se categorias sobre cooperativismo como possibilidade de desenvolvimento social e educação de jovens e adultos, realizou-se pesquisa no projeto político pedagógico e plano de desenvolvimento institucional.

“O cooperativismo de modo geral, foi utilizado como instrumento do Estado no processo de “modernização” e apropriado pelo modelo capitalista de produção, com formas tradicionais ou populares de cooperação, sobre tudo em momentos de crise social”. (ADMS, p.89, 2010).

Com o exposto, ao consolidarmos o cooperativismo como disciplina no Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, torna-se viável uma vez que a mão inicial do processo de implantação de algo novo e modelo alternativo de produção e organização, mostra-se viável a formação na escola, otimizando a viabilidade de experimentação na pratica.

Assim, essas medidas estão em consonância com o publico da educação de jovens e adultos que tem suas características marcantes processos de exclusão social e de privação de elementos de contribuem da a emancipação humana e o desenvolvimento de regiões.,

Conforme Gide (apud ADMS, p. 90), uma corrente cooperativista liderada por Gide, que colocou o cooperativismo como uma "terceira via" como alternativa ao capitalismo e ao socialismo. Sua implementação seria possível, de acordo com o autor, mediante um processo de educação dos indivíduos e da multiplicação das experiências de cooperativismo.

Nesse sentido, o ensino do cooperativismo se mostra como uma ralação viável e adequada na formação dos alunos da educação de jovens e adultos, dispondo-se de um projeto alternativo de sociedade.

A realidade do mercado de trabalho e emancipação do sujeito como cenários de grandes transformações, e identificou-se a realidade e histórico da educação de jovens e adultos como uma parcela dessa demanda de necessidades de inserção social e as possíveis relações com o cooperativismo.

A relevância de transformar o cooperativismo em um ato educativo, inicialmente compondo-o como disciplina na matriz curricular do curso técnico em cozinha (PROEJA), contempla em grande medida as perspectivas de desenvolvimento social do individuo, como bem expressa Paulo Freire que a educação de qualidade precisa ser emancipatória, assim, onde o sujeito consiga fazer uma leitura critica do mundo e agir sobre o mesmo.

Nesse sentido, frente aos desafios de mudanças rápidas e constantes, provindas pela globalização das economias e das novas tecnologias, que imprimem um novo para se agir e pensar, frente as conseqüências que ocorrem em todas as mudanças e adaptação do sistema capitalista, esta a fragilização e desvalorização do trabalhador, configuradas em flexibilização do trabalho e as multifunções ao qual são acometidos os trabalhadores, uma crescente diminuição dos postos de trabalho, levando muitas pessoas

a privação de inúmeros elementos que possibilitam a emancipação e a inserção social, comprometendo o desenvolvimento das regiões.

No entanto, pensar em desenvolvimento e emancipação humana, é esta preparado para contribuir de forma eficiente, que promova transformações na sociedade e perceber o ato educativo como grande resposta duradoura e multiplicadora que pode-se oferecer no ensino cooperativismo.

Nesse sentido, esta análise centrada em um cenário de educação de jovens e adultos curso técnico em cozinha, ficando o espaço aberto a futuras contribuições onde esse refletir não se acaba, se rejuvenesce com novos rearranjos e abstrações em realidades distintas da vida em sociedade.

## 2 COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO

O cooperativismo em sua evolução destacou-se pela cooperação integral por classe de trabalhadores no processo produtivo de forma que eliminasse os lucros auferidos pelos intermediários este, as custas dos trabalhadores, que se utilizavam da capacidade de organizar-se e poder melhor extrair os lucros de seus trabalhos (RORIZ; BARBALHO; OLIVEIRA, 2011).

Tendo em vistas as insatisfações da classe trabalhadora no sistema capitalista, entre estes da concentração de riqueza, o melhor aproveitamento da produção de seu trabalho e lucro, surge o cooperativismo como possibilidade de superação da pobreza e exclusão social.

Conforme Novaes (2012, p. 43),

> a autonomia humana, por seu turno, se refere à plena realização e expansão dos indivíduos sociais, o que implica autonomia e liberdade. Nesse sentido, implica a superação total da propriedade privada e dos processos de alienação e dominação-exploração a que estão submetidos os indivíduos na sociedade do capital.

Proporcionar a estabilização do emprego são esforços do Estado por tempos no sentido de diminuir o desemprego, onde a “auto regulação” do mercado é notória sua ineficiência, uma vez que, os objetivos empresarias distanciam-se dos aspectos sociais e valorização do trabalhador e de seu assalariamento.

Contudo, a flexibilização do trabalho para alem da diminuição dos postos de trabalho, gera uma por outro lado uma exploração sobre múltiplos fazeres dos trabalhadores, em que a produtividade para competitividade sobrepõe as escala de

valores de todo o contexto do trabalho do homem, onde pessoas são exploradas para coisas e processos e para atendimento do bem estar de poucos.

Segundo Singer (2002 apud ADMS, 2010, p.87),

> "a Grã-Bretanha, pátria da primeira Revolução Industrial, abrigou, igualmente, o nascedouro do "cooperativismo revolucionário". Num ambiente de extrema exploração do trabalho (inclusive infantil) nas fábricas têxteis (inicio do século XIX) e depressão em conseqüência da guerra contra o exercito de Napoleão, surgiram as cooperativas operárias e aldeias cooperativas"

Com o exposto, a Revolução Industrial trouxe suas vantagens de produção em massa na qual atendia aos objetivos imediatos dos empresários, porem, não foi eficiente para absorve o grande contingente de mão-de-obra que se deslocava do campo dos pequenos empreendimento de artesão, configurando assim como o inicio dos problemas de emprego e renda, levando uma quantidade muito grande de pessoas a pobreza, e para aqueles que conseguiam se inserir no trabalha nas industrias sofriam com a exploração do trabalho e os baixos salários, requisitos também suficientes para se manterem a margem da sociedade.

Conforme Singer (2004, p.03),

> "como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária"

Assim, o desencadeamento dos problemas sociais de falta de trabalho e renda e todos os seus aspectos atenuantes provindos da pobreza e miséria, que as Nações até os dias atuais vêm tentando minimizar com suas ações, momentos através do Estado e em outros através de organizações da sociedade civil, não governamentais e sem fins lucrativos.

Nesse sentido, o cooperativismo surge como saída para a crise marcada pelo sistema à época, centrada no emprego, e através da cooperação e do sentimento de coletividade que as pessoas foram enfrentando suas barreiras e desafios, com grandes dificuldades o cooperativismo se mostrou como uma alternativa que invertesse a ordem economia do período.

Conforme Demoustier (2001, p.19),

> "a Revolução Francesa de 1789 escancarou as portas para a economia de mercado e para o capitalismo. Ao afirmar os direitos individuais do

> homem e as grandes liberdades econômicas (liberdade de empreendimento, liberdade de comercio e liberdade do trabalho).”

Por outro lado, a Revolução Francesa determina eliminar qualquer forma de associação que trata-se de assuntos entre pessoas e o Estado, configurada na lei de Chapelier em 1791, proibindo toda forma de ação solidaria e de reinvidicações e manifestações, deixando os operários vulneráveis perante os sistema (DEMOUSTIER, 2001).

Apesar das dificuldades a época surge inúmeras ações de assistência social, filantropia e de resistência que tiveram forte influencia para posteriormente as organizações cooperativistas e associativismo, conquista dos direitos e liberdades dos indivíduos.

A partir de 1830 surgem associações de consumo desenvolvidas pelos operários com intuito de melhores preços e depois apropriar-se do processo de produção para melhoria de seus rendimentos, onde tinha o empresário com esse domínio de acumulação exclusivo (DEMOUSTIER, 2001).

Importante ressaltar, que ainda nos dias atuais a luta pela quebra ou minimização dos efeitos perversos da acumulação do capital é batalha travada nos ambientes sociais de combate e discussão sobre superação da exclusão social e as diversas formas de privação do indivíduo.

Conforme Cavalcante (2011, p. 114), sobre cooperativismo

> “é a criação e aprofundamento de diálogos entre culturas econômicas locais, aproximações e interações a fim de fomentar e de construir novos referenciais e possibilidades de sociabilidades não medidas pela lógica acumulativa do capital”

Assim, a possibilidade de trabalhar alternativas de ensino na qual faço o deslocamento teórico e ideológico da formação da educação de jovens e a partir de vivencias reais de autonomia a partir do cooperativismo no ambiente da escola, torna-se viável e entusiasmaste a idéia de tal possibilidade.

A compreensão da diversidade dos indivíduos e indiscutivelmente, a essência do cooperativismo onde possibilita-se de forma criativa a participação democrática em relações e interesses comuns de coletividades e individualidades (CAVALCANTE, 2011).

A idéia vislumbrada se difere de tantas outras iniciativas de empreendimentos de economia solidaria, na medida em que esta se fundara no ambiente da escola como

espaço para praticas de incubação e criação de empreendimentos coletivos, desenvolvimento de novos produtos e formação dos princípios cooperativistas e associativistas como possibilidade de desenvolvimento social.

Segundo Singer (2002, p.24),

> a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesões provocado pela difusão das maquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno.

No contexto atual, a discussão sobre ainda em pauta e a dinamização da organização fabril a partir das novas tecnologias como elemento ultimo causador da substituição dos trabalhadores por maquinas, cerne da crise do desemprego estrutural, porem, o que se mostra determinante nesse cenário e aas relações de produção, estes com elementos conflitantes de interesse do capital em detrimento dos trabalhadores.

Embora o avanço tecnológico em certa medida substitua postos de trabalho, a questão atenuante é como os donos dos meios de produção se apropriam destes para uso da dominação.

A demanda em grande escala em decorrência dos agravantes dos sistemas capitalista e da incapacidade do poder publico combater eficazmente os males sociais provindos destes, fomenta a idéia de organização coletiva, justificando a necessidade uma educação cooperativista como parte do processo de formação dos alunos de jovens e adultos como possibilidades de desenvolvimento social
( NOVAES, 2012).

Em 1844, inaugurada a experiência dos Equitativos pioneiros de Rochadale, marco importante para os princípios co trabalho cooperativo que para além da solução da retirada dos intermediários existentes nas transações comerciais, onde estes levavam maior parte dos lucros, foram constituídos princípios cooperativista que até hoje, são referencias para a autogestão e economia solidaria. (DEMOUSTIER, 2001).

- Controle democrático (1 homem = 1 voz, qualquer que seja o montante de capital que ele possuía na cooperativa);
- Justiça econômica (divisão dos lucros proporcional à atividade de cada membro);
- Remuneração limitada do capital;

- A empresa cooperativa financia ações de formação, profissional ou geral, para seus membros.

Estes fundamentos são encontrados nos dias atuais pelas organizações com caráter associativo, que contempla problemas sociais do trabalho assalariado indigno, alternativa ao auxilio mutuo e pela cooperação, ao principio da concorrência, alternativa a propriedade privada, organização coletiva do consumo e produção, esses possibilitam ao aluno da educação de jovens e adultos condições para superação de sua realidade.

Importante considerar as incoerências do modelo econômico vigente que persistentemente estimula ações com princípios individualista sendo estas coerentes e alinhadas com os objetivos daqueles que detém os meios de produção (CAVALCANTE, 2011).

Nesse sentido, a aprendizagem do cooperativismo que sirva como estratégia de construção coletiva e desenvolvimento social a partir dos estudantes da educação de jovens e adultos, vivenciando e participando de forma coletiva da gestão de empreendimentos com princípios associativos, consubstanciam-se em oportunidade de executar também seus conhecimentos técnicos da área de aprendizado, podendo estes servir de viabilização de necessidades pertinentes aos alunos e da escola.

Segundo Vieira (2011, p.151),

> "uma das grandes discussões atuais sobre inclusão social centra-se na busca de alternativas para corrigir as distorções provocadas pelas praticas neoliberais adotadas pelos governos de vários países. Tais praticas tem levado ao aumento das ocupações informais, do trabalho precário, da pobreza, da miséria e da marginalidade, assim, surgem no âmbito das universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) que procuram atuar, com as comunidades, na busca de alternativas para sobrevivência e na busca pelo emprego e renda"

Com o exposto, desenvolver a vinculação das praticas educacionais da educação de jovens e adultos dentro da perspectiva cooperativista, com conteúdos e disciplinas pertinentes aos princípios cooperação e autogestão, espaço para desenvolvimentos criativo de negócios cooperativos, praticas interdisciplinares, estes possibilitam um fazer educativo significativo para formação e vida dos estudantes.

O mundo do trabalho exige capacidade de adaptação e criatividade do trabalhador e uma busca constante pelos novos conhecimentos, a capacidade dos mercados absorverem a mão-de-obra disponível tornou-se um problema já apontado há tempos e recorrente nos dias atuais, conseqüência esta das novas tecnologias, que reduz

drasticamente as oportunidades de trabalho em busca do atendimento da produtividade (VIEIRA, 2011).

Como mudança criativa na organização do trabalho a cooperação se mostra não algo atrativo, mas, essencial para enfrentamento dos problemas atuais de escassez de trabalho e possibilitando o desenvolvimento social.

Para Benecke (1980, p.201) "A existência de cooperativas fracassadas ou sua não existência, significa uma oportunidade perdida para um país, tendo em vista contribuição que elas podem trazer ao desenvolvimento".

Segundo ainda Benecke (1980, p.217). As limitações apresentadas nos fatores internos, neste sentido, são reforçadas, sendo os prejuízos sociais uma das conseqüências do nível de preparo dos associados e formação dos gerentes.

O trabalho cooperativo pode ser otimizado uma vez que for direcionada pela etapa essencial do processo de construção do conhecimento, à educação formal a falta de preparo teórico e instrumental pode comprometer tanto a não existência de organizações cooperativas como o insucesso destas, e considerar o cooperativismo em sala de aula é o primeiro passo para possibilidade de desenvolvimento social.

## 3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E CONTEXTO SOCIAL

Historicamente a educação de jovens e adultos no Brasil registra apenas circunstâncias especialmente destinadas a amparar os excluídos e os demais desvalidos da sorte de obter acesso a educação escolar na idade regular, assumindo assim um caráter assistencialista que tem marcado toda sua trajetória.

Esse percurso em dias atuais vem tentando ser transformado através de políticas públicas educacionais, tendo como objetivo a universalização da educação básica, que atualmente vem sendo aliada à formação para o mundo do trabalho, com o acolhimento exclusivo a jovens e adultos com trajetórias escolares descontinuas.

Nessa conjuntura é que surge o PROEJA, como política pública educacional, originária do Decreto nº. 5478, de 24/06/2005 e denominada inicialmente como o Programa da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e adultos, o Programa expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. Posteriormente a essa ação, houve revogação do Decreto supracitado, pela promulgação

do Decreto n° 5.840, de 13 de julho de 2006, que trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de jovens e adultos (BRASIL, 2007).

Apesar disso, o horizonte que se anseia aponta para a permanência da ação proposta, ou seja, para sua consolidação para além de um programa de integração de educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, pois uma política realmente de inclusão.

Em Brasil (2007, p. 13) sobre formação,

> "no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa"

O agravante na situação brasileira no que diz respeito à presença forte de jovens na EJA, em grande parte devido a problemas de não permanência e insucesso no ensino fundamental "regular". Embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir qualidade às redes para garantir que essas crianças permaneçam e aprendam. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola.

Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade.

Contudo, segundo Documento Base do PROEJA,

> "não se deve subsumir a cidadania à inclusão no "mercado de trabalho", mas assumir a formação do cidadão que produz pelo trabalho, a si e o mundo. Esse largo mundo do trabalho- não apenas das modernas tecnologias, mas de toda a construção histórica subsumir a cidadania à inclusão no "mercado de trabalho", mas assumir a formação do cidadão

> que produz, pelo trabalho, a si e o mundo. Esse largo mundo do trabalho – não apenas das modernas tecnologias, mas de toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram, das mais simples, cotidianas, inseridas e oriundas no/ do espaço local até as mais complexas, expressas pela revolução da ciência e da tecnologia – força o mundo contemporâneo a rever a própria noção de trabalho e de desenvolvimento como inexoravelmente ligada à revolução industrial (Brasil, 2007, p.13).”

Nesse sentido, pensar em uma educação com viés de qualidade é proporcionar condições para exercício da cidadania, pois, possibilitar desenvolvimento social a partir de princípios do cooperativismo e associativismo que possibilite enfrentamento dessas barreiras impostas pelo sistema, onde se privilegie a decisão democrática, a partilha equitativa, a ajuda mutua, o comercio justo, a formação empreendedora, consistem em elementos de possibilidades nesse cenário.

Segundo kuenzer (2002, p. 85 ),

> “as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos de 1990, com a globalização da economia, a reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento, e, em decorrência, as demandas que o capitalismo faz à escola”.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, trazem novos desafios para a Educação. A partir dos anos 1990, as mudanças no sistema educacional brasileiro, como parte da reforma do Estado brasileiro trouxeram novas determinações entre Estado e sociedade, entre educação e trabalho (NEVES, 2006).

Essas transformações imprimiram uma nova reorientação para a política educacional brasileira, principalmente, no que se refere à formação profissional do educando jovem e adulto, pois no Brasil já foram criados vários programas destinados a educação de adultos, no entanto, o Plano Nacional de Educação- PNE apresenta como uma das principais justificativas para a existência de evasão escolar nessa modalidade de ensino, a necessidade do ingresso do aluno no mercado de trabalho (Brasil, 2001).

Nesse contexto, surge um novo paradigma para a educação escolar, que exige uma formação profissional com finalidade de capacitar indivíduos para que tenham condições de disponibilizar durante seu desempenho profissional os atributos adquiridos na vida social, escolar, pessoal e laboral, preparando-os para lidar com a incerteza, com a flexibilidade e a “empregabilidade”. (NEVES, 2006).

Assim, a formação dos alunos da educação de jovens demanda situações e fazeres que possibilitem o enfrentamento das oscilações do mundo do trabalho competitivo e capacidade de autonomia de pensamento e ação a parir de um ato educativo frente ao sistema capitalista vigente.

No Brasil observa-se que os alunos da modalidade de ensino da educação de jovens e adultos – EJA emergem de uma história de exclusão, que dificulta o acesso a bens culturais e materiais produzidos pela sociedade. Ao reconhecer a escola como possibilidades de superação de sua realidade esses alunos buscam alternativas para reverter o processo de exclusão social no qual estão inseridos.

Segundo Di Pierro (2008, p.17-18) ressalta que,

> a declaração de Hamburgo aprovada na V Confitea atribui à educação de jovens e adultos o objetivo de desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade das pessoas e comunidades para enfrentar as rápidas transformações socioeconômicas e culturais por que passa o mundo atual, mediante uma cultura de paz e democracia promotora da coexistência tolerante e da participação criativa e consciente dos cidadãos.

Com isso, empreender ações num cenário de trabalho cooperativo que possibilite a autonomia do aluno, a gestão democrática, o comercio justo e formação empreendedora e o exercício de sua cidadania frente aos desafios do mundo contemporânea seria razoável pensar como estes sendo estratégias eficientes para emancipação humana e desenvolvimento social.

Buscar um novo fazer de educar frente ao contexto econômico contemporâneo, sob os objetivos de emprego e renda, de autonomia, afirmação de uma identidade coletiva, politizada e que se afirma o trabalho como forma de liberdade (CAVALCANTE, 2011).

O fazer da educação como uma pratica de contextualização do meio ao qual o homem este inserido e que a composição dos conteúdos programáticos deve transcender o ensinar exclusivamente para a escola (FREIRE, 1997).

Nesse sentido, ao pensar em termos pertinentes a vida dos educandos como transformações do mundo do trabalho, crise no sistema capitalista na qual afeta diretamente o emprego estrutural e capacidade de desenvolvimento social do individuo, emerge a necessidade de um espaço de contemplação de elementos como autonomia, a formação cidadã, cooperação, a autogestão e a aproximação do mundo do trabalho e a educação.

O contexto de desvalorização do trabalho emerge a oportunidade da significação do homem agir de forma coletiva e solidaria com perspectivas de superação dessa realidade provocada pela crise no emprego provinda do sistema vigente (BARBOSA, 2007).

A dinâmica aqui vislumbrada seria de estruturação de trabalhos dos alunos a partir dos princípios de empreendimentos cooperativistas, tendo estes possibilidades de emancipação humana e desenvolvimento social, uma vez que a experimentação das ações individuais em detrimento das coletivas já se mostrou em grande medida ineficientes.

## 4. MÉTODOS

A presente pesquisa, de natureza bibliográfica, qualitativa e documental, tomou como unidade de analise o cooperativismo como possibilidade de desenvolvimento social na educação de jovens e adultos, para este realizou-se levantamento bibliográfico no qual aprofundou as categorias entre cooperativismo e educação de jovens e adultos.

No âmbito do levantamento documental realizou-se a analise do Projeto Político Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2010-2014), onde relacionou-se os aspectos da formação do aluno de EJA, e os encaminhamentos existentes para com o cooperativismo no âmbito do desenvolvimento social.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados obtidos da pesquisa são tratados em uma classificação que busca enfocar as informações relevantes para o objetivo central deste texto: Identificar as ações e concepções frente ao ensino do cooperativismo, analisar o projeto político pedagógico do corso técnico na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA) do IFPI e o plano de desenvolvimento institucional.

Identificar e analisar as ações e atividades educacionais dos atores envolvidos com educação, frente ao tema cooperativismo como fortalecimento do desenvolvimento social.

Conforme aponta o documento base do PROEJA (2007) para uma educação que promova a autonomia, a inclusão no mercado de trabalho e ao desenvolvimento social, estes como ações consistentes de pratica educacional.

Na analise bibliográfica de Freire, Neves, Di Pierro et. Al (1997;2006;2008) reforçam que a educação possibilite a contextualização e que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, acarretaram em crise no emprego estrutural e que estas devem fazer parte do pensar a educação na escola, impondo assim novas formas de educar.

Conforme estes, uma educação transformadora que considere práticas que contemplem elementos de superação dos problemas sociais, que favoreçam o pensamento coletivo, o exercício da cidadania e o cooperativismo se mostram eficientes para superar a fragilização do trabalhador e criar alternativas de desenvolvimento social.

Cavalcante, Freire e Novaes reforçam a idéia da contextualização da educação e do trabalho como forma de liberdade que o agir e pensar coletivo se tornam características importantes para enfrentamento da precarização do trabalho, estes, podendo ser compreendidos nos princípios do cooperativismo como disciplina.

No Projeto Político Pedagógico do curso técnico em cozinha como um dos objetivos de desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, formar profissionais capazes de promover o desenvolvimento social através da geração de empregos, com visão empreendedora, a disciplina do cooperativismo se mostra viável na medida de contemplar tais objetos exposto em projeto.

Nesse sentido, pensar a implantação de uma disciplina cooperativismo na matriz curricular do curso de técnico em cozinha da educação de jovens e adultos (PROEJA), seria viável no sentido de aproximar e focar assuntos pertinentes ao mundo do trabalho que favoreçam o desenvolvimento social a partir da economia solidaria, cooperação, comercio justo, gestão democrática e formação empreendedora.

Conforme a realidade dos alunos da educação de jovens e adultos que estiveram distantes do ambiente escolar por motivos diversos, mas, que o trabalho se fez presente em sua vida, em maior intensidade informal do que formal, devido aos baixos índices de escolaridade e qualificação, é que trabalhar na escola situações em que favoreçam o trabalho cooperativo se torna essencial como também uma possibilidade de poder desenvolver empreendimentos em sistemas da economia solidaria e desenvolvimento social.

Nesse sentido, a falta de liberdade caracteriza como forma de privação como expõem os autores, corrompe todas as outras formas de privações como de trabalho, de renda, estes para ter acesso aos bens e serviços que nossa sociedade produz como: saúde, educação, lazer que proporcionam bem estar social.

Contudo, o agir e pensar criativo se faz necessário não somente no ambiente do trabalho das empresas e principalmente na formação e organização dos futuros alunos que comporão esse cenário do mundo do trabalho.

Nesse sentido, a aprendizagem do cooperativismo no Instituto Federal do Piauí (Campus Teresina zona sul) consubstanciam-se em oportunidade de executar também seus conhecimentos técnicos da área de aprendizado, podendo estes servir de viabilização de necessidades pertinentes aos alunos e da escola.

Conforme (Resolução CNE/CEB nº 04/99) do projeto de implantação do curso técnico em cozinha (PROEJA), Campus Teresina Zona Sul a sintonia com as atividades econômicas predominantes na região e as demandas locais por mão-de-obra qualificada, para que essa oferta possa significar oportunidades reais de geração de trabalho e desenvolvimento social.

A matriz curricular do PROEJA técnico não contempla de forma especifica o cooperativismo em sua matriz curricular, observando o documento em questão a problemática do adensamento desta, onde possibilitar uma análise e estudo entre os profissionais envolvidos com a educação e parte importante do processo de focar esforços em questões mais decisivas para o desenvolvimento social dos educandos do PROEJA.

A articulação é vista como essencial para o exercício pleno da cidadania e para a inserção qualificada dos estudantes no mercado de trabalho – sejam adolescentes, jovens ou adultos –, de modo que a integração é reafirmada pelo Decreto nº 5.154/2004.

Conforme este, o desenvolvimento social de uma dada comunidade somente pode ser alcançada quando atendido o principio básico de reconhecimento do homem como parte integrante de um todo social que a atuação no trabalho, parte determinante para dignidade do individuo .

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, p.12, 2010-2014),O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanística-técnica-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. O IFPI Tem sede em Teresina, capital

do Estado do Piauí, e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Ainda no (PDI, p.12, 2010-2014), dentre as finalidades do IFPI e em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, desta-se:

I - ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando pessoas para a atuação profissional nos diferentes setores da economia, com ênfase no desenvolvimento social, econômico em nível local, regional e nacional;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

O aspecto central em questão esta o trabalho conforme documento, entretanto, direcionar esforços educacionais mais objetivos e específicos para seu atendimento conforme também mostrada em literatura relacionada é passo decisivo para uma contribuição significativa no campo do desenvolvimento social.

Com o exposto, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2010-2014) expressa condicionantes educacionais de finalidades de desenvolvimento social, econômico, formação critica e contextualizar suas ações frente as realidades da comunidade e ações educacionais que contemplem a pesquisa aplicada ao cooperativismo e outros condicionantes sociais.

A partir de suas finalidades, a Missão do IFPI é promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável.

Como uma das metas Institucionais para a Dimensão Ensino tem-se:

XIII - Implementar o PROEJA em todos os Campi, visando à oferta de uma educação inclusiva.

XIV - Implementar e acompanhar a flexibilização dos currículos dos cursos de nível médio e superior.

VI - Implantar novos cursos nos Campi nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em resposta às necessidades locais e ao desenvolvimento regional e nacional. (PDI, p.19, 2010-2014).

Dimensão de Extensão tem-se:

XXVII - Instalar incubadoras tecnológicas e de empreendimentos solidários em 30% dos Campi (2012) como projetos pilotos visando à expansão em 100% até 2014 (PDI, p.25, 2010-2014).

Conforme este, pensar em desenvolvimento social é primar por este aspecto em questão é pensá-lo em questões objetivas e praticas para sua consecução que supere os moldes de educação bancaria e de manutenção de mercado.

Nesse sentido, torna-se estratégico a implementação da educação cooperativista no PROEJA, porem, a partir de uma visão processual da preparação conceitual e formação em sala de aula sobre os princípios do cooperativismo e de economia solidaria, serviria de suporte para êxito nessa meta institucional.

Contudo, flexibilizar currículos dos cursos evidencia-se a possibilidade de adaptação do cooperativismo na matriz curricular no PROEJA como aprendizagem que contribuem para alcançar os fins da educação de qualidade, onde a educação inclusiva, formação cidadã e o desenvolvimento social atendam aos objetivos Institucionais.

## 6. CONCLUSÃO

O objetivo do referido trabalho foi aprofundar as categorias teórica sobre cooperativismo como possibilidade de desenvolvimento social na educação de jovens e adultos a partir da problemática da crise no emprego estrutural.

A bibliografia especifica sobre cooperativismo e economia solidaria apontam o cooperativismo como mecanismo de superação da pobreza e exclusão social e que os princípios associativistas deveriam permear a educação formal.

As transformações do mundo do trabalho, promovida pelas novas tecnologias e os interesses conflitantes do capital e trabalhadores, configuram-se em desvalorização do

trabalhador, oferecem demandas pertinentes que possam ser trabalhadas na capacidade de organização, cooperação mutua, espírito coletivo e solidariedade.

Nesse sentido, com o exposto na bibliografia desde a primeira revolução industrial até a contemporaneidade tiveram aspectos conflitantes: emprego, renda, valorização do trabalhador, bem como as crises de reestruturação do sistema capitalista.

Assim, a possibilidade de geração de uma nova ordem de um sistema desenvolvido, sendo o cooperativismo como uma possibilidade de se atingir esse estagio de organização do trabalho, pois, contempla os em certa medida a solução de tais problemas.

Contudo, os sucessos e fracassos de sistemas cooperativos de organização do trabalho entra em sintonia com um fazer a longo prazo, um ato educativo e que essas bases estruturantes precisam ser levadas em consideração no ensino formal nas escolas em contemplação nas matrizes curriculares.

O desenvolvimento social precede a educação de qualidade, estas se torna possível quando se traduz em ações objetivas e especificas para atendimento das mesmas.

Pensar em uma forma de educar que proporcione a inversão dos valores do sistema capitalista vigente, onde os resultados do trabalho e produção são partilhados de forma equitativa, e que exclua a figura de uma única pessoa aferidora dos lucros em derretimento de toda a força de trabalho.

Para o público da educação de jovens e adultos que enfrentam problemas de inserção social onde o trabalho mostra-se como determinante para tal objetivo, e em grande medida seguem a práxis de busca de trabalho e emprego, nesta a possibilidade de romper com tais paradigmas, se torna viável e razoável a preparação teórica e instrumental em sala de aula para tal alternativa de trabalho através de organização de sistemas cooperativos.

Assim, onde o comercio justo possa permear as relações de negócio e que mais pessoas sejam favorecidas, possibilitando a inclusão de forma significativa de um cenário de cidadãos e especialmente da educação de jovens e adultos que teve em seu histórico processos de exclusão.

O sistema capitalista a tempos mostra-se ineficiente em atender e absorver a mão-de-obra disponível e o Estado em certa medida consegue apenas amenizar momentaneamente os problemas pertinente a trabalho e renda, este cenário para aqueles

como mecanismo de barateamento e desvalorização do trabalhador frente seu exercito de reserva disponível.

A possibilidade se mostra como alternativas interessantes ao próprio sistema uma vez que aliviara as tensões de ações do Estado para as correções de mercado e fluirá para uma práxis social de cooperação em redes.

Contudo, a disciplina de cooperativismo como possibilidade de trabalho e renda contribua para combater a privação de liberdades e proporcione o desenvolvimento social.

No plano de desenvolvimento institucional identificou-se objetivos de implementação de ate 30% de Incubadoras de empreendimentos solidários ano 2010-2014, porem ate os dias atuais não se configuram materializadas.

No entanto, seria viável inicialmente forma em sala de aula base teórica e conceitual com os alunos e profissionais envolvidos sobre o tema cooperativismo e economia solidaria, evitando fazer a contra mão do processo.

Os desafios pertinente encontrados como adensamento da matriz curricular, sugere-se uma participação mais expressiva dos atores envolvidos, estes também encontrados como pontos fracos, para discussão e debate para viabilizar a inserção da disciplina e de possíveis projetos interdisciplinares que ser trabalhados com o tema cooperativismo e economia solidária.

As possibilidades aqui identificadas e fundamentadas sobre o cooperativismo como possibilidade de desenvolvimento social através de disciplina regular no PROEJA não se reduz e limita como projeto em execução acabada, deixando o espaço para futuras construções e reconstruções em outras dinâmicas sociais posto em analise como possibilidade de execução no meio acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ADMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. – Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

BARBOSA, Rosangela N.de Carvalho. **A economia solidaria como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007).

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e Desenvolvimento: O Papel das Cooperativas no Processo de Desenvolvimento econômico nos Países de Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Assocene, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação-PNE**/ Ministério da Educação. Brasília: INEP, 2001.

CAVALCANTE, Ângelo. **Economia solidária: Historias, interpretações e possibilidades.** LUCENA, Andre Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de moura (org). **Cooperação e inclusão social**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. 23.p

DEMOUSTIER, Danièle. **A economia social e solidária: um novo modelo de empreendimento associativo.** Tradução: Nicolas Nyimi Campanário , Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara. **Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil**. **Construção Coletiva: Contribuições a educação de jovens e adultos**. – 2. Ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, (coleção educação para todos), 2008. p. 17-30

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 21. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KUENZER, Acácia. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores associados, HISTEDBR, 2002.

LUCENA, Andre Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de moura. **Cooperação e inclusão social**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

_____Ministério da educação: Secretaria de Educação profissional e Tecnológica
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, documento base – MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br setec/arquivos/pdf/ /documento_base.pdf>. Acesso em: 10 mai de 2014

NEVES, Rayssa Martins de S. **Pedagogia das Competências e as novas demandas por qualificação profissional na Educação Básica**. São Luís-MA: Trabalho de conclusão de curso Universidade Estadual do Maranhão, 2006, 54.p.

NOVAES, Francisco Antonio Maciel. **A economia solidaria como estratégia para emancipação humana**. Taubate-SP: Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2012, 128.f.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e Trabalho no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1996.

**_____Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010 – 2014**. 123.p, IFPI: Piauí, 2010.
**_____ projeto de implantação do curso de educação profissional técnica em cozinha integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – proeja**. 72.p, IFPI: Piauí, (2009).

RORIZ, Anna Lysie; BARBALHO, Fabiana Pereira; OLIVEIRA, Thaís Gonçalves. ***Cooperativismo:*** **Algumas questões importantes.** LUCENA, Andre Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de moura (org). **Cooperação e inclusão social**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.189-198

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.

(ago.2004) - Brasília: Ipea: MTE.

VIEIRA, Nair de Moura. **A economia solidária e o papel das universidades no processo de inclusão social.** LUCENA, Andre Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de moura (org). **Cooperação e inclusão social**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 225-240.